



EDITAL Nº 003/2022

III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

A 1ª SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, resolve:

Art. 1. DIVULGAR o GABARITO PROVISÓRIO das questões objetivas, conforme ANEXO I do presente edital.

Art. 2. INFORMAR que os recursos em face do **GABARITO PROVISÓRIO** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 17 e 18 de outubro de 2022, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/KdMXfqS9qEJ2a54y9>.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 3. O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 17 de outubro de 2022.

CRISTIANE MARQUES MENDES

Subdefensora Pública-Geral do Estado do Maranhão



ANEXO I - GABARITO PROVISÓRIO

*Os enunciados das perguntas e respostas podem ser exibidos de forma aleatória em cada caderno de provas, não necessariamente observando a ordem abaixo disposta.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Bruno buscou atendimento junto à Defensoria Pública com o intuito de conseguir tratamento médico para seu genitor, o qual se encontra gravemente enfermo e necessitando de medicamento com registro na Anvisa. Diante do custo elevado da medicação e impossibilitado de arcar com essa despesa, Bruno já havia se dirigido às unidades de saúde municipal, estadual e federal, não tendo sucesso no recebimento do remédio. Durante o atendimento, o(a) defensor(a) público(a) explicou que seria possível o ajuizamento de ação judicial requerendo o fornecimento imediato da medicação, indicando, ainda, que, de acordo com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os entes da federação, em decorrência da competência:
X	Concorrentes, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, não compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências, pois todos os entes devem arcar com os custos.
	Concorrentes, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e, diante dos critérios constitucionais de centralização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
	Comum, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências, mas não lhe cabe determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
	Comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Fernanda, menor com 10 (dez) anos de idade, foi vítima de violência sexual, encontrando-se grávida de 16 (dezesesseis) semanas. Seus genitores procuraram a Defensoria Pública buscando orientação acerca da possibilidade de interrupção da gravidez. A respeito do tema, é correto afirmar que:
X	No exercício legal do direito de interrupção da gravidez por vítimas de violência sexual, a realização do procedimento por profissionais de saúde não exige comprovação do registro da ocorrência junto à Delegacia de Polícia.
	Na hipótese de relação sexual consensual entre menores de 14 (catorze) anos, afasta-se a configuração de crime ou de ato infracional análogo ao delito de estupro de vulnerável, impossibilitando, assim, a interrupção de uma possível



	gravidez daí resultante.
	O direito de interrupção da gravidez somente pode ser exercido até a 20ª (vigésima) semana de gestação.
	Para exercer o direito de interrupção da gravidez, as vítimas de violência sexual necessitam de autorização judicial.

Alternativa correta identificada com um 'X'	O Ministério Público ajuizou ação civil pública a fim de que fossem lotados(as) defensores(as) públicos(as) em determinada comarca para prestar atendimento à população hipossuficiente. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal modalidade de intervenção judicial é:
	Legítima, não se podendo alegar o princípio da reserva do possível em face do direito fundamental de prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que demonstrarem insuficiência de recursos.
	Legítima, aceitando-se, todavia, a invocação do princípio da reserva do possível quando demonstrada cabalmente a ausência de recursos públicos para a efetivação do comando judicial.
	Illegítima, frente ao princípio da separação dos poderes.
X	Illegítima, diante da autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, não cabendo ao Poder Judiciário se imiscuir em questões internas da instituição.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A Defensoria Pública do Estado do Maranhão recebeu denúncias de que as unidades de saúde de São Luís estavam recusando atendimento a pacientes oriundos do interior. Diante disso, a instituição, após procedimento preparatório, ajuizou ação civil pública a fim de obter decisão judicial que determinasse ao referido município a retomada de atendimento a todos os usuários do SUS, a despeito de seu local de residência. Frente a esse cenário, é correto afirmar que:
	A Defensoria Pública não estaria legitimada a atuar no caso, uma vez que não seria possível a individualização e aferição da hipossuficiência financeira de todos os titulares dos direitos a serem tutelados.
	A ação civil pública poderia ser ajuizada pela Defensoria Pública, desde que em litisconsórcio ativo com o Ministério Público, em virtude de nem todos os beneficiários serem economicamente vulneráveis.
X	A Defensoria Pública é legitimada para a propositura da referida ação civil pública tendo em vista que o pleito tutela, em tese, direitos difusos de pessoas hipossuficientes em suas diversas vertentes.
	A ação civil pública poderia ser ajuizada apenas pelo Ministério Público, legitimado precípua de ações dessa natureza.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Uma pessoa transgênero e hipossuficiente procurou a Defensoria Pública para que lhe seja assegurada a alteração de seu prenome no registro civil. De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa pessoa:
---	---



X	Pode ser representada pela Defensoria Pública, uma vez que as pessoas transgênero têm direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da sua manifestação de vontade, podendo-se exercer tal faculdade tanto pela via judicial como pela via administrativa.
	Pode ser representada pela Defensoria Pública, apesar de que a pretensão deve ser discutida obrigatoriamente pela via judicial.
	Não pode ser representada pela Defensoria Pública, uma vez que o pleito não encontra guarida no ordenamento jurídico brasileiro.
	Pode ser representada pela Defensoria Pública, devendo-se exaurir primeiramente a via administrativa antes de se buscar o Poder Judiciário.

Alternativa correta identificada com um 'X'	João e Maria são pessoas capazes e não idosas. Eles casaram em julho de 2018 sob o regime da comunhão parcial de bens. O casal se separou em dezembro de 2021. Maria não exercia atividade remunerada durante o período do casamento. Em 2019, João comprou um apartamento e em 2020, adquiriu um automóvel. Nesse caso, quanto aos bens adquiridos, é correto afirmar que:
	Maria não tem direito à meação dos bens adquiridos na constância sociedade conjugal, uma vez que não exercia atividade remunerada e não contribuiu financeiramente para a compra dos bens;
	Maria só tem direito à meação do apartamento, pois apenas os bens imóveis entram na meação;
X	Maria tem direito à meação do imóvel e do automóvel adquiridos na constância do casamento;
	Maria só tem direito à meação do automóvel;

Alternativa correta identificada com um 'X'	Assinale a alternativa incorreta:
	Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil;
	A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro;
X	São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos;
	A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil;

Alternativa correta identificada com um 'X'	No que tange aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil, marque a opção correta:
---	---



	A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
	Prescreve em 02 (dois) anos pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;
	Prescreve em 01 (um) ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
X	Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.
	O Código de Defesa do Consumidor (CDC) exige a comprovação de confusão patrimonial ou desvio de finalidade para a desconsideração da personalidade jurídica, não sendo suficiente que a pessoa jurídica seja obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.
	O Código Civil de 2002 adotou a teoria menor: basta o mero prejuízo à parte para que a desconsideração da personalidade jurídica seja deferida.
	A desconsideração inversa da pessoa jurídica não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
X	Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não se pode presumir o abuso da personalidade jurídica diante da mera insolvência ou o encerramento de modo irregular das atividades da pessoa jurídica para justificar a sua desconsideração.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Nonato ficou desempregado e deixou de pagar as prestações do financiamento de sua única casa. Na iminência de ter a sua residência leiloadada e sem outro local para morar com a família, Nonato procurou Raimundo e a ele vendeu o seu veículo por R\$ 5.000; o valor de mercado do veículo era R\$ 25.000 e Raimundo sabia da desesperada situação financeira de Nonato. Três anos depois, Nonato procurou a Defensoria Pública com o intuito de reaver o seu veículo. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.
	Operou-se a decadência para discutir a venda do veículo: o prazo decadencial para anular o negócio jurídico em virtude de vício de consentimento é de dois anos.



X	O negócio jurídico realizado por Nonato e Raimundo é anulável pelo vício de consentimento da lesão.
	Trata-se de anulação de negócio jurídico por vício de consentimento, então, dessa forma, não é possível a revisão do contrato para que Raimundo pague pelo veículo o valor de mercado da época da realização do negócio.
	O negócio jurídico é anulável pelo dolo, já que Raimundo se aproveitou da situação desesperadora de Nonato.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do Tribunal do Júri, assinale a opção correta.
	É possível a anulação de apenas parte da decisão proferida pelo Conselho de Sentença durante julgamento pelo Tribunal do Júri, a exemplo dos casos em que se questiona somente o reconhecimento de determinada qualificadora, não sendo necessária a submissão do réu a novo julgamento.
	É vedada a leitura da decisão de pronúncia no plenário do Tribunal do Júri, acarretando-se a nulidade do julgamento em caso de descumprimento desta regra.
X	As nulidades decorrentes de vício de quesitação devem ser arguidas durante a sessão de julgamento e registradas na respectiva ata, sob pena de preclusão.
	O não oferecimento de alegações finais por advogado constituído em processo de competência do Tribunal do Júri impede a continuidade do feito, devendo os autos serem remetidos imediatamente à Defensoria Pública.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Erick foi condenado por furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, sendo reconhecida a conduta de subtração de bens avaliados em 300 reais de um pequeno comércio, por meio da abertura forçada de uma janela do estabelecimento, em abril de 2020. A certidão de antecedentes criminais do réu indica uma condenação transitada em julgado referente a uma receptação cometida em setembro de 2020. Os bens não foram recuperados. Sobre a dosimetria da pena, indique a alternativa correta:
	É lícito ao juiz elevar a pena-base em razão da perda patrimonial da vítima.
	Em razão do valor da res furtiva, é incabível a aplicação do furto privilegiado.
X	A qualificadora do rompimento de obstáculo demanda, em regra, prova pericial para a sua comprovação.
	Erick é tecnicamente primário, mas pode ter a sua pena elevada por maus antecedentes na primeira fase da dosimetria.



Alternativa correta identificada com um 'X'	Bruno, membro de gangue, foi condenado pelo crime de roubo majorado por concurso de pessoas (três) e uso de arma branca (art. 157, §2º, II e VII, Código Penal). O réu tinha 20 anos à época do crime e confessou o delito. Sobre a dosimetria da pena, assinale a alternativa correta:
	Em razão da ampla discricionariedade conferida ao juiz na dosimetria da pena, na segunda fase é desnecessária a fundamentação para a fixação da fração redutora de cada atenuante em patamar inferior a 1/6.
	O comportamento da vítima, que não contribuiu para o crime, pode ser valorado em desfavor do réu na primeira fase da dosimetria.
	Segundo o entendimento jurisprudencial consolidado, a confissão deve ser pura e direta para funcionar como atenuante da pena.
X	Mesmo diante das circunstâncias desabonadoras do caso, na terceira fase da dosimetria é necessária fundamentação do juiz para a majoração da pena no patamar máximo em razão das majorantes.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a primeira fase do procedimento do tribunal do júri, ou sumário de culpa, assinale a alternativa correta:
	Após as alegações finais das partes, é impossível proferir sentença de absolvição sumária, em razão da competência constitucional do Conselho de Sentença para apreciação dos fatos em julgamento.
X	De acordo com a jurisprudência mais recente do Tribunais Superiores, a decisão de pronúncia não pode se fundar exclusivamente em elementos do inquérito policial não repetidos na instrução judicial.
	A decisão de impronúncia impede a reabertura da ação penal, mesmo em face de novas provas.
	A decisão de pronúncia deve adentrar em profundidade na discussão das provas do caso, em atenção à motivação das decisões judiciais.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Maria, proprietária de uma rede de cafés, foi vítima de agressões físicas perpetradas por seu ex-companheiro, tendo procurado a Defensoria Pública a fim de solicitar medidas protetivas de urgência. Nesse caso, o(a) defensor(a) público(a) deverá:
	Recusar atendimento em virtude de a vítima não se encaixar nas hipóteses de hipossuficiência econômica.
	Encaminhar Maria ao Ministério Público, tendo em vista este ser o titular de possível futura ação penal.
X	Prestar atendimento à vítima em razão de sua situação de vulnerabilidade, independentemente de sua condição financeira.



	Encaminhar Maria à Delegacia de Polícia para que registre a ocorrência, ficando à cargo do(a) delegado(a) de polícia a representação pela concessão de medidas protetivas.
--	--

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:
	Trata-se de órgão com atribuição jurisdicional.
	É órgão do sistema interamericano de Direitos Humanos com atribuição consultiva, legislativa e jurisdicional.
X	Possui atribuição jurisdicional e consultiva.
	Compõe-se de onze juízes eleitos para mandato de 2 (dois) anos.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Não constitui medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha:
	Afastamento do lar.
	Suspensão da posse ou restrição do porte de arma.
X	Suspensão da CNH.
	Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a prioridade na tramitação de processos, gratuidade dos transportes coletivos urbanos e prioridade especial, são atingidos nas idades de:
	65 anos, 70 anos e 75 anos, respectivamente.
X	60 anos, 65 anos e 80 anos, respectivamente.
	65 anos, 65 anos e 80 anos, respectivamente.
	60 anos, 60 anos e 70 anos, respectivamente.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A criação de varas especializadas e exclusivas da pessoa idosa:
	É obrigatória nas capitais.
	Dar-se automaticamente nas comarcas que contarem com mais de 200.000 habitantes.
X	Constitui-se de faculdade do poder público;



	Deverão ser regulamentadas em 90 (noventa) dias naquelas comarcas em que residirem mais do que 100.000 idosos.
--	--

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a autorização para viajar dentro do território nacional, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
	É dispensada ao terceiro que se apresentar para embarque com a criança e portando carta de autorização assinada pelo comissário de menores.
	Não será exigível se a criança estiver acompanhada de pessoa maior informalmente autorizada por um dos pais.
	Não será exigível tratando-se de viagem dentro da mesma região metropolitana, na mesma unidade da federação ou tratando-se de região de fronteira.
X	Não será exigida se a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

